



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS

Individuais e Consolidadas

30 de junho de 2023

SUMÁRIO

Relatório dos auditores independentes	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	12
1 Contexto operacional	13
2 Base de preparação e apresentação	14
3 Caixa e equivalentes de caixa	14
4 Aplicações financeiras	15
5 Contas a receber	15
6 Investimentos	16
7 Imobilizado	18
8 Intangível	20
9 Fornecedores	21
10 Tributos a recolher sobre o lucro	22
11 Concessões a pagar	24
12 Financiamentos e debêntures	25
13 Provisão para compromissos futuros	26
14 Processos judiciais	27
15 Patrimônio líquido	30
16 Receita líquida	31
17 Custos e despesas operacionais	33
18 Receitas e despesas financeiras	34
19 Transações com partes relacionadas	35
20 Instrumentos financeiros	35
21 Cobertura de seguros	42
22 Compromissos	42
23 Informações complementares ao fluxo de caixa	43
24 Eventos subsequentes	44



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Aliança Geração de Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias condensadas, da Aliança Geração de Energia S.A. ("Companhia") em 30 de junho de 2023, que compreendem os balanços patrimoniais condensados, individuais e consolidados, em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações condensadas, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três e seis meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

**Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais, em 30 de junho de 2023, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração intermediária.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas, em 30 de junho de 2023, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 19. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias condensadas acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 01 de setembro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG

Poliana Silveira Rodrigues

Contadora CRC MG-089473/O-0

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, em milhares de reais.

ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	196.575	422.189	283.127	491.003
Aplicações financeiras	4	151.710	26.372	160.657	27.122
Contas a receber	5	106.148	119.567	117.723	132.527
Estoques		10.547	10.765	11.500	11.492
Tributos a recuperar		3.185	4.713	4.709	10.585
Dividendos a receber	19	27.433	34.723	-	-
Outros valores a receber		15.445	10.530	16.355	10.253
Total do ativo circulante		511.043	628.859	594.071	682.982
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	-	-	14.667	13.697
Tributos a recuperar		-	-	3.756	4.318
Depósitos vinculados a litígios	14.b	6.970	6.078	6.981	6.089
Outros valores a receber de partes relacionadas	19	161.569	156.212	161.569	156.212
Outros valores a receber		3.330	12.814	3.330	12.814
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	-	-	686	606
		171.869	175.104	190.989	193.736
Investimento	6	1.543.703	1.344.651	-	-
Imobilizado	7	1.268.369	1.293.936	2.924.599	2.780.142
Intangível	8	631.281	657.734	663.544	690.357
Total do ativo não circulante		3.615.222	3.471.425	3.779.132	3.664.235
Total do ativo		4.126.265	4.100.284	4.373.203	4.347.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022, em milhares de reais.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
CIRCULANTE					
Fornecedores	9	25.918	52.995	51.086	76.001
Salários e encargos a pagar		12.345	13.637	12.345	13.637
Tributos e contribuições sociais a recolher		8.239	7.774	8.922	9.185
Tributos a recolher sobre o lucro	10	52.095	7.780	52.291	12.296
Concessões a pagar	11	41.026	41.047	41.026	41.047
Financiamentos e debêntures	12	160.383	134.435	172.328	145.861
Arrendamentos		1.465	1.434	3.337	2.603
Encargos regulatórios a recolher		4.985	6.884	5.041	6.912
Provisão para compromissos futuros	13	17.689	14.997	18.901	15.997
Dividendos a pagar	15.a	126.409	281.409	126.409	281.409
Outros passivos		5.702	10.258	5.731	10.287
Total do passivo circulante		456.256	572.650	497.417	615.235
NÃO CIRCULANTE					
Concessões a pagar	11	226.179	234.639	226.179	234.639
Financiamentos e debêntures	12	689.223	710.257	861.944	887.619
Arrendamentos		2.058	2.635	20.710	15.859
Encargos regulatórios a recolher		889	8.929	890	8.929
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	289.222	279.014	289.222	279.014
Provisão para compromissos futuros	13	85.246	89.423	99.649	103.185
Provisões para processos judiciais	14	168.167	163.748	168.167	163.748
Total do passivo não circulante		1.460.984	1.488.645	1.666.761	1.692.993
Total dos passivos		1.917.240	2.061.295	2.164.178	2.308.228
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15				
Capital social		1.291.488	1.291.488	1.291.488	1.291.488
Reserva de capital		566.417	566.417	566.417	566.417
Reserva de lucros		181.084	181.084	181.084	181.084
Lucros acumulados		170.036	-	170.036	-
Total do patrimônio líquido		2.209.025	2.038.989	2.209.025	2.038.989
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.126.265	4.100.284	4.373.203	4.347.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
RECEITA LÍQUIDA	16	523.420	513.880	585.378	552.835
Energia elétrica comprada para revenda		(42.436)	(103.784)	(47.788)	(106.707)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(34.006)	(36.874)	(38.869)	(42.820)
Depreciação e amortização		(65.261)	(65.090)	(90.066)	(79.489)
Outros custos com geração de energia		(49.761)	(52.396)	(58.285)	(58.701)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	17.a	(191.464)	(258.144)	(235.008)	(287.717)
LUCRO BRUTO		331.956	255.736	350.370	265.118
Despesas gerais e administrativas	17.b	(19.213)	(20.576)	(24.181)	(22.539)
Outras (despesas) receitas operacionais	17.b	(302)	(585)	(329)	(585)
Resultado de equivalência patrimonial	6.b	5.933	4.215	-	-
TOTAL DAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(13.582)	(16.946)	(24.510)	(23.124)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		318.374	238.790	325.860	241.994
Receitas financeiras	18	26.198	26.241	32.303	34.780
Despesas financeiras	18	(89.956)	(51.096)	(100.146)	(61.107)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	10.2	254.616	213.935	258.017	215.667
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.2	(74.372)	(37.787)	(77.853)	(39.490)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	(10.208)	(33.596)	(10.128)	(33.625)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	15.d	170.036	142.552	170.036	142.552
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	15.d	0,13	0,11	0,13	0,11
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	15.d	1.291.582	1.291.582	1.291.582	1.291.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado

Para os períodos de três meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		01/04/2023	01/04/2022	01/04/2023	01/04/2022
		a	a	a	a
		30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
RECEITA LÍQUIDA	16	254.889	257.737	284.488	277.201
Energia elétrica comprada para revenda		(19.713)	(38.763)	(23.176)	(41.048)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(16.953)	(18.190)	(19.435)	(21.652)
Depreciação e amortização		(32.636)	(32.569)	(45.185)	(39.593)
Outros custos com geração de energia		(27.950)	(26.728)	(32.714)	(30.209)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	17.a	(97.252)	(116.250)	(120.510)	(132.502)
LUCRO BRUTO		157.637	141.487	163.978	144.699
Despesas gerais e administrativas		(9.672)	(10.428)	(12.381)	(11.232)
Outras (despesas) receitas operacionais		(186)	(258)	(203)	(257)
Resultado de equivalência patrimonial	6.b	191	900	-	-
TOTAL DAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	17.b	(9.667)	(9.786)	(12.584)	(11.489)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		147.970	131.701	151.394	133.210
Receitas financeiras	18	11.416	16.515	14.575	21.294
Despesas financeiras	18	(42.017)	(26.393)	(46.987)	(31.654)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	10.2	117.369	121.823	118.982	122.850
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.2	(37.120)	(22.398)	(38.852)	(23.387)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	(2.662)	(18.758)	(2.543)	(18.796)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		77.587	80.667	77.587	80.667
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	15.b	0,06	0,06	0,06	0,06
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	15.b	1.291.582	1.291.582	1.291.582	1.291.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022, em milhares de reais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Lucro líquido do período	170.036	142.552	170.036	142.552
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	170.036	142.552	170.036	142.552

	Controladora		Consolidado	
	01/04/2023	01/04/2022	01/04/2023	01/04/2022
	a	a	a	a
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Lucro líquido do período	77.587	80.667	77.587	80.667
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	77.587	80.667	77.587	80.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido controladora e consolidado

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022, em milhares de reais.

	Nota	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		1.291.488	566.417	-	-	1.857.905
Lucro líquido do período	15.d	-	-	-	142.552	142.552
Constituição de reserva de lucros		-	-	285.835	-	285.835
Em 30 de junho de 2022		1.291.488	566.417	285.835	142.552	2.286.292
Em 31 de dezembro de 2022		1.291.488	566.417	181.084	-	2.038.989
Lucro líquido do período	15.d	-	-	-	170.036	170.036
Em 30 de junho de 2023		1.291.488	566.417	181.084	170.036	2.209.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022, em milhares de reais.

Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do período	170.036	142.552	170.036	142.552
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	7 e 8	67.155	66.790	90.250
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	7 e 8	1.449	2.497	1.734
Resultado de equivalência patrimonial	17.b	(5.933)	(4.365)	-
Juros, variações monetárias e outras variações financeiras		89.043	51.117	99.202
Imposto de renda e contribuição social		84.580	71.383	87.981
Amortização prêmio de repactuação do risco hidrológico		-	90	-
Provisões para processos judiciais		643	848	643
		406.973	330.912	449.846
Variação de ativos e passivos				
Contas a receber		13.419	(3.533)	14.804
Tributos a recuperar		(101.481)	15.737	(96.751)
Depósitos judiciais	14.b	(178)	(412)	(178)
Outros ativos		3.206	(17.255)	1.793
Fornecedores		(27.077)	(29.519)	(24.915)
Salários e encargos a pagar		(1.292)	(1.799)	(1.292)
Tributos e contribuições sociais		95.948	(25.552)	87.599
Provisão para compromissos futuros	13	(6.624)	(11.018)	(6.977)
Outros passivos		(14.514)	7.615	(14.487)
		(38.593)	(65.736)	(40.404)
Caixa gerado pelas operações		368.380	265.176	409.442
Imposto de renda e contribuição social pagos		(22.531)	(6.570)	(22.531)
Juros pagos	12	(23.611)	(14.814)	(31.371)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		322.238	243.792	355.540
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adições no imobilizado e no intangível	7 e 8	(14.820)	(9.870)	(184.182)
Aumento/Integralização de capital em controladas	6	(176.375)	(159.202)	-
Dividendos recebidos		7.290	-	-
Novas aplicações financeiras		(841.222)	(50.701)	(926.837)
Resgates de aplicações financeiras		715.884	-	792.332
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(309.243)	(219.773)	(318.687)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamentos de financiamentos e debêntures	12	(20.724)	(10.880)	(26.193)
Pagamentos de arrendamentos		(782)	(766)	(1.433)
Pagamento de concessões	11	(62.103)	(36.075)	(62.103)
Pagamento de dividendos	15.a	(155.000)	-	(155.000)
Financiamentos obtidos	12	-	233.090	-
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamento		(238.609)	185.369	(244.729)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(225.614)	209.388	(207.876)
No início do exercício		422.189	274.232	491.003
No fim do período		196.575	483.620	283.127
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(225.614)	209.388	(207.876)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do valor adicionado

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022, em milhares de reais.

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Nota	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR					
Receitas					
Venda de energia	16	604.490	593.811	680.535	642.184
Outras receitas	16	603.396	593.249	679.938	641.622
		1.094	562	597	562
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos com aquisição de energia para revenda	17.a	(72.036)	(135.926)	(86.817)	(146.523)
Serviços de Terceiros		(42.436)	(103.784)	(47.789)	(106.706)
Materiais		(28.655)	(26.034)	(37.892)	(33.684)
		(945)	(6.108)	(1.136)	(6.133)
Outros custos operacionais:					
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	17.a	(63.228)	(65.089)	(74.265)	(72.763)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	16.b	(34.006)	(36.874)	(42.203)	(42.819)
Encargos regulatórios		(14.231)	(11.737)	(14.231)	(11.737)
Outros		(7.420)	(7.112)	(7.754)	(7.281)
		(7.571)	(9.366)	(10.077)	(10.926)
Valor adicionado bruto					
		469.226	392.796	519.453	422.898
Retenções					
Depreciação e amortização	7 e 8	(67.155)	(66.790)	(90.250)	(79.969)
Valor adicionado líquido					
		402.071	326.006	429.203	342.929
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	17.b	5.933	4.215	-	-
Receitas financeiras	18	26.198	26.241	32.303	34.780
Valor adicionado a distribuir					
		434.202	356.462	461.506	377.709
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Empregados					
Remuneração direta		28.423	28.700	28.498	28.701
Benefícios		22.177	23.450	22.178	23.450
FGTS		5.123	4.282	5.197	4.283
		1.123	968	1.123	968
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		144.201	133.131	160.879	144.114
Estaduais		140.255	125.705	146.714	129.513
Municipais		3.816	7.331	14.015	14.504
		130	95	150	97
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		91.542	52.079	102.093	62.342
Aluguéis		89.746	50.682	99.911	59.799
Outras despesas financeiras		1.446	983	1.613	1.235
		350	414	569	1.308
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos retidos		170.036	142.552	170.036	142.552
Valor adicionado distribuído					
		434.202	356.462	461.506	377.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 | Contexto operacional

A Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança", "Controladora" ou "Companhia") é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, com o início de suas operações a partir de 27 de fevereiro de 2015, data em que ocorreu a transferência de ativos de geração de energia elétrica de seus acionistas, Vale S.A. ("Vale") e Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"). A Companhia, anteriormente denominada Central Eólica Santo Inácio V Ltda. e Vale Geração de Energia S.A., passou a ter a denominação de Aliança Geração de Energia S.A. em 17 de janeiro de 2014, tendo a Cemig GT ingressado como acionista em 5 de agosto de 2014, data em que ocorreu a assinatura do Acordo de Associação firmado entre os acionistas, o qual deu origem à *joint venture*. A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Rua Matias Cardoso, 169, 9º andar, Bairro Santo Agostinho, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

A Aliança tem por objeto social (i) estudar, planejar, construir e explorar sistemas de geração e comercialização de energia elétrica, com vistas à exploração econômica e comercial; (ii) prestação de serviços técnicos e de consultoria, na área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e (iii) participação em outras sociedades ou empreendimentos de geração de energia elétrica.

A Companhia possui um parque gerador com capacidade instalada de 1.701 MW. Desse total, (i) 1.422 MW através de participações em 7 usinas hidrelétricas com uma garantia física de 774 MW médios, e (ii) 170 MW por meio de participações em 5 parques eólicos com fator de capacidade de 74 MW; e (iv) 109 MW em implantação com 3 parques eólicos no Rio Grande do Norte com fator de capacidade de 52 MW. Para maiores detalhes, veja nota explicativa nº 6 - Investimentos.

A Aliança possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico como produtora independente e detém contratos de fornecimento de energia vendidos no longo prazo nos ambientes livre e regulado.

Segue quadro resumo informativo acerca das usinas e consórcios da Companhia:

Empreendimento - Usina Hidrelétrica	Participação Aliança	Município (em MG)	Rio	Capacidade Instalada (MW) ¹	Energia assegurada (MW médios) ¹	Vencimento da Concessão
Funil	100%	Perdões	Grande	180	80	Mai/40
Eliezer Batista ("Aimorés")	100%	Aimorés	Doce	330	173	Nov/39
Amador Aguiar ("Consórcio Capim Branco")						
Amador Aguiar I ("Capim Branco I")	87,36%	Araguari	Araguari	240	147	Nov/42
Amador Aguiar II ("Capim Branco II")	87,36%	Araguari	Araguari	210	125	Jan/42 ²
Porto Estrela ("Consórcio de Porto Estrela")	66,67%	Joanésia	Santo Antônio	112	59	Jul/32 ³
Igarapava ("Consórcio de Igarapava")	52,65%	Conquista	Grande	210	128	Set/31
Risoleta Neves ("Consórcio de Candonga")	50,00%	Rio Doce	Doce	140	62	Dez/38

¹ Os valores referem-se à capacidade instalada e energia assegurada do consórcio.

² Processo ANEEL em andamento, os cálculos a serem homologados dependem da deliberação da extensão referente à repactuação ACR e deverão alterar o termo final da outorga da concessão.

³ Não ocorreu adesão à repactuação para a UHE Porto Estrela, considerado o vencimento da concessão atual.

2 | Base de preparação e apresentação

2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting" emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB" - identificadas como consolidado.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais da controladora foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1). No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos construídos de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas e não nas condensadas individuais da controladora.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Em 31 de agosto de 2023, o Conselho de Administração aprovou a emissão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas da Companhia referentes ao período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2023 e autorizaram a sua conclusão.

2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, emitidas em 10 de março de 2023. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis, gestão de risco e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais.

2.3 | Principais políticas contábeis

Neste período, não ocorreram mudanças nas políticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.4 | Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações do CPC 23 / IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, do CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis, do CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o lucro e a aplicação do CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de seguro, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após esta data, não impactaram as informações contábeis intermediárias condensadas individuais e consolidadas da Companhia.

3 | Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Caixa e contas bancárias	797	1.716	797	1.716
Recursos mantidos em aplicações financeiras	195.778	420.473	282.330	489.287
	196.575	422.189	283.127	491.003

As aplicações financeiras são compostas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 99% e 115% em 30 de junho de 2023 (85% até 115% em 31 de dezembro de 2022), conforme definido na contratação de cada operação.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 20.

4 | Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Certificados de depósitos bancários - CDB ¹	151.710	26.372	151.710	18.614
Fundo de investimentos em cotas - FIC ²	-	-	8.947	8.508
Fundo de investimentos em cotas - FIC (Caixa restrito) ²	-	-	14.667	13.697
	151.710	26.372	175.324	40.819
Ativo circulante	151.710	26.372	160.657	27.122
Ativo não circulante	-	-	14.667	13.697
	151.710	26.372	175.324	40.819

¹ Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual atrelado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que variaram entre 99% e 115% em 30 de junho de 2023 (85% e 115% em 31 de dezembro 2022) conforme definido na contratação de cada operação.

² Os fundos de investimentos são compostos por cotas pós-fixadas, vinculadas a aplicações em fundos de renda fixa, títulos públicos e outros. A rentabilidade média ponderada em da carteira em 30 de junho de 2023 equivale a 99,10% do CDI (98,67% do CDI em 31 de dezembro de 2022) conforme definido na contratação de cada operação. Parte do saldo das aplicações financeiras no fundo, são mantidas como caixa restrito para atender compromissos operacionais.

Administração não espera utilizar esses recursos financeiros, mantido no circulante, para atender compromissos operacionais de curto prazo e, portanto, encontram-se classificados separadamente ao restante das aplicações financeiras reconhecidas como caixa e equivalentes de caixa.

5 | Contas a receber

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Industrial ou equivalente	48.114	59.629	57.230	63.537
Suprimento a outras concessionárias	57.421	59.824	58.808	63.018
Câmara de comercialização de energia elétrica	-	-	1.072	5.858
Outros valores a receber	613	114	613	114
	106.148	119.567	117.723	132.527

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de, aproximadamente, 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de, aproximadamente, 45 dias. Desta forma, em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, contas a receber da Companhia possui títulos a vencer inferiores a 60 dias, não possuímos títulos vencidos e não há provisão para perda esperada. Para maiores detalhes em relação ao risco de crédito da Companhia vide nota explicativa nº 20.

6 | Investimentos

a. Movimentação dos saldos da controladora

	CONTROLADORA				
	31/12/2022	Aumento de Capital / AFAC	Adição (Amortização)	Resultado do período	30/06/2023
Garrote	69.210	-	-	2.525	71.735
Santo Inácio III	83.857	-	-	2.683	86.540
São Raimundo	102.372	-	-	829	103.201
Santo Inácio IV	68.693	-	-	2.764	71.457
Acauã I	139.305	93.643	-	(2.176)	230.772
Acauã II	199.987	61.327	-	(2.087)	259.227
Acauã III	122.767	18.716	-	(852)	140.631
Gravier	401.968	2.689	-	2.395	407.052
Mais valia CESI	8.390	-	(148)	-	8.242
Juros capitalizados	102.728	-	(1.713)	-	101.015
Juros capitalizados em implantação	45.374	-	18.457	-	63.831
	1.344.651	176.375	16.596	6.081	1.543.703

	CONTROLADORA						
	31/12/2021	Aumento de Capital / AFAC	Adição (Amortização)	Resultado do exercício	Dividendos a receber	Redução de capital	31/12/2022
Garrote	92.672	-	-	6.043	(7.355)	(22.150)	69.210
Santo Inácio III	117.090	-	-	7.536	(8.519)	(32.250)	83.857
São Raimundo	128.749	-	-	4.168	(3.344)	(27.201)	102.372
Santo Inácio IV	93.504	-	-	6.540	(8.200)	(23.151)	68.693
Acauã I	75.211	67.671	-	(3.577)	-	-	139.305
Acauã II	99.212	103.568	-	(2.793)	-	-	199.987
Acauã III	74.644	49.769	-	(1.646)	-	-	122.767
Gravier	294.073	112.864	-	(4.969)	-	-	401.968
Mais valia CESI	8.706	-	(316)	-	-	-	8.390
Juros capitalizados	61.977	-	(2.174)	-	-	-	59.803
Juros capitalizados em implantação	31.241	-	57.058	-	-	-	88.299
	1.077.079	333.872	54.568	11.302	(27.418)	(104.752)	1.344.651

Valores capitalizados CESI e Gravier

A Companhia captou recursos por meio de notas promissórias e debêntures para a construção das Centrais Eólicas de Santo Inácio e Central Eólica Gravier. Os juros sobre essas dívidas foram capitalizados no investimento durante o período de construção das Usinas nas demonstrações contábeis da controladora enquanto no consolidado estes montantes são capitalizados no imobilizado.

Em dezembro de 2017, o parque Eólico Santo Inácio entrou em operação e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados, considerando o período da concessão (até 2051). Em 30 de junho de 2023, o montante amortizado acumulado é de R\$12.831 (R\$11.778 em 31 de dezembro de 2022).

Em dezembro de 2022, o parque Eólico Gravier entrou em operação e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados, considerando o período da concessão (até 2055). Em 30 de junho de 2023, o montante amortizado acumulado é de R\$661 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022).

Valores capitalizados Projeto Eólico de Acauã

O Projeto Eólico de Acauã encontra-se em fase de construção e por esse motivo, os juros da dívida estão sendo capitalizados no montante de R\$63.830 em 30 de junho de 2023 (R\$45.374 em 31 de dezembro de 2022).

Mais valia CESI

A Companhia reconhece no seu investimento o montante líquido de R\$8.244 em 30 de junho de 2023 (R\$8.390 em 31 de dezembro de 2022) referente a ágio aportado pelo acionista.

b. INFORMAÇÕES DAS CONTROLADAS

A participação da Aliança em todas as empresas abaixo é de 100%. Os principais saldos patrimoniais das controladas são apresentados como seguem:

	30/06/2023					
	Capital social e AFAC	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Receita líquida
Central Eólica Garrote S.A.	63.032	125.427	53.692	71.735	2.525	10.288
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	76.476	157.484	70.943	86.541	2.683	12.945
Central Eólica São Raimundo S.A.	96.185	165.947	62.746	103.201	829	10.113
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	62.094	126.119	54.665	71.454	2.764	10.529
Central Eólica Acauã I S.A.	238.448	232.144	1.373	230.771	(2.176)	-
Central Eólica Acauã II S.A.	265.823	261.180	1.952	259.228	(2.087)	-
Central Eólica Acauã III S.A.	145.225	141.345	714	140.631	(852)	150
Central Eólica Gravier S.A.	412.109	438.225	31.173	407.052	2.395	18.943

	31/12/2022					
	Capital social e AFAC	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Receita líquida
Central Eólica Garrote S.A.	63.032	126.199	55.554	70.645	6.043	19.115
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	76.476	158.929	73.282	85.647	7.536	24.638
Central Eólica São Raimundo S.A.	96.185	166.867	63.715	103.152	4.168	18.978
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	62.094	126.777	56.534	70.243	6.540	19.438
Central Eólica Acauã I S.A.	144.805	140.324	1.020	139.304	(3.577)	-
Central Eólica Acauã II S.A.	204.496	202.179	2.191	199.988	(2.793)	-
Central Eólica Acauã III S.A.	126.509	123.211	444	122.767	(1.646)	-
Central Eólica Gravier S.A.	409.420	426.386	24.418	401.968	(4.969)	3.817

Parque Eólico Santo Inácio ("CESI")

O CESI teve o início de operação em dezembro de 2017 e é formado pelas seguintes centrais eólicas: Central Eólica Garrote S.A. ("Garrote"), Central Eólica São Raimundo S.A. ("São Raimundo"), Central Eólica Santo Inácio III S.A. ("Santo Inácio III"), e Central Eólica Santo Inácio IV S.A. ("Santo Inácio IV"), todas localizadas no município de Icapuí (CE) com capacidade instalada total de 98,7MW.

Central Eólica Gravier ("Gravier")

Localizado em Icapuí (CE) com o início da implantação do empreendimento em janeiro de 2021 e operação comercial plena foi em dezembro de 2022. O projeto conta com 17 aerogeradores, tendo uma capacidade instalada total de 71,4 MW.

Projeto Eólico Acauã ("Acauãs")

As sociedades que integram esse projeto são: Central Eólica Acauã I S.A. ("Acauã I"), Central Eólica Acauã II S.A. ("Acauã II") e Central Eólica Acauã III S.A. ("Acauã III"). Localizado nos municípios de Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova, Santana do Matos e São Vicente, no estado do Rio Grande do Norte, o projeto teve o início da implantação em março de

2021 e operação comercial plena estimada para setembro de 2023. O projeto contará com 26 aerogeradores tendo uma capacidade instalada total de 109,2 MW.

No dia 27 de abril, o Projeto Eólico Acauã, localizado em Lagoa Nova, Rio Grande do Norte, alcançou mais um marco importante com o início das atividades de energização dos circuitos que servirão para escoar a energia proveniente dos aerogeradores que compõem o parque Acauã III.

7 | Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a controladora é como segue:

	Terrenos (a)	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (b)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2021	109.911	1.043.850	275.038	1.111.152	2.100	30.576	2.572.627
Adições	2.773	170	680	778	1	32.330	36.732
Baixas	(2.169)	-	(1.565)	(2.543)	(16)	(5.363)	(11.656)
Transferência	-	160	35	3.895	113	(4.203)	-
Em 31/12/2022	110.515	1.044.180	274.188	1.113.282	2.198	53.340	2.597.703
Adições	758	-	-	-	-	14.113	14.871
Baixas	(1.377)	-	-	(22)	-	(13)	(1.412)
Transferência	-	-	-	1.217	10	(1.227)	-
Em 30/06/2023	109.896	1.044.180	274.188	1.114.477	2.208	66.213	2.611.162
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2021	(36.292)	(484.456)	(134.581)	(571.023)	(1.070)	(3.885)	(1.231.307)
Adições	(3.976)	(30.476)	(9.480)	(31.680)	(97)	(330)	(76.039)
Baixas	-	-	1.937	1.627	15	-	3.579
Em 31/12/2022	(40.268)	(514.932)	(142.124)	(601.076)	(1.152)	(4.215)	(1.303.767)
Adições	(2.066)	(15.646)	(4.764)	(16.337)	(37)	(176)	(39.026)
Em 30/06/2023	(42.334)	(530.578)	(146.888)	(617.413)	(1.189)	(4.391)	(1.342.793)
Valor líquido							
Líquido em 31/12/2022	70.247	529.248	132.064	512.206	1.046	49.125	1.293.936
Líquido em 30/06/2023	67.562	513.602	127.300	497.064	1.019	61.822	1.268.369
Taxa média de depreciação	3,75%	3,00%	3,47%	2,93%	5,23%	0,59%	3,00%

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para o consolidado é como segue:

	Terrenos (a)	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (b)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2021	126.911	1.043.402	298.941	1.728.625	13.896	601.440	3.813.215
Adições	4.174	170	681	778	3.681	423.719	433.203
Baixas	(2.258)	-	(1.566)	(3.009)	(5.108)	(5.666)	(17.607)
Transferência	-	160	35	6.101	113	(6.409)	-
Em 31/12/2022	128.827	1.043.732	298.091	1.732.495	12.582	1.013.084	4.228.811
Adições	7.315	-	-	-	675	201.385	209.375
Baixas	(1.629)	-	-	-	-	(68)	(1.697)
Transferência	-	-	-	1.217	10	(1.227)	-
Em 30/06/2023	134.513	1.043.732	298.091	1.733.712	13.267	1.213.174	4.436.489
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2021	(37.528)	(484.456)	(137.907)	(679.754)	(2.282)	(4.617)	(1.346.544)
Adições	(4.444)	(30.476)	(10.415)	(59.575)	(461)	(459)	(105.830)
Baixas	2	-	1.937	1.627	139	-	3.705
Em 31/12/2022	(41.970)	(514.932)	(146.385)	(737.702)	(2.604)	(5.076)	(1.448.669)
Adições	(2.439)	(15.646)	(5.100)	(39.601)	(159)	(276)	(63.221)
Em 30/06/2023	(44.409)	(530.578)	(151.485)	(777.303)	(2.763)	(5.352)	(1.511.890)
Valor líquido							
Em 31/12/2022	86.857	528.800	151.706	994.793	9.978	1.008.008	2.780.142
Em 30/06/2023	90.104	513.154	146.606	956.387	10.504	1.207.844	2.924.599
Taxa média de depreciação	3,70%	3,00%	3,42%	4,57%	2,46%	0,05%	2,92%

(a) Terrenos vinculados aos contratos de concessão não possuem previsão de indenização e são amortizados de acordo com o período da concessão.

(b) A depreciação apresentada no imobilizado em curso é referente as peças sobressalentes.

No total de imobilizado no consolidado estão inclusos os juros capitalizados de empréstimos no montante líquido de R\$164.846 em 30 de junho 2023 (R\$148.102 em 31 de dezembro 2022). Na controladora os referidos juros estão capitalizados no investimento.

Rompimento de barragem de rejeitos em Mariana

Até a data de apresentação destas demonstrações financeiras intermediárias condensadas a Companhia não tomou conhecimento de nenhum fato novo que modificasse as conclusões alcançadas no último teste de recuperabilidade realizado. O saldo líquido da Usina Risoleta Neves é R\$63.927 em 30 de junho de 2023 (R\$65.523 em 31 de dezembro de 2022).

No dia 28 de abril de 2023, a ANEEL publicou o Despacho nº1.178/2023, liberando a operação comercial da unidade geradora 2, de 46.670,00 kW, por meio do Despacho nº1.242, 4 de maio de 2023, a ANEEL liberou a operação comercial da unidade geradora 1, de 46.670,00 kW e, no dia 31 de maio de 2023 a ANEEL publicou o Despacho nº1.598/2023,

liberando a operação comercial da unidade geradora 3, de 46.670,00 kW, todos os despachos são referentes a Usina UHE Risoleta Neves, localizada nos municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, no estado de Minas Gerais.

Provisão de desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado (consolidado) a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu Complexo Eólico de Santo Inácio e Central Eólica Gravier, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados a esse parque e de restauração do local ao final dos prazos de autorização. Em 30 de junho de 2023 o montante registrado é de R\$6.674 (R\$6.119 em 31 de dezembro de 2022).

Para mais detalhes sobre a provisão de desmobilização veja nota nº 13 provisão para compromissos futuros.

Consórcios

Em 30 de junho de 2023, não houve variação na parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios. Adicionalmente não ocorreu movimentação significativa no período e nas taxas médias de depreciação.

8 | Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível para a controladora é como segue:

	Licenças ambientais	Direito de Uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2021	189.278	151.870	1.131	2.194	502.109	-	846.582
Adições	36.424	91	-	4	67	161	36.747
Baixas	(94.157)	-	-	(35)	-	-	(94.192)
Em 31/12/2022	131.545	151.961	1.131	2.163	502.176	161	789.137
Baixas	-	-	-	-	-	(37)	(37)
Em 30/06/2023	131.545	151.961	1.131	2.163	502.176	124	789.100
Amortização acumulada							
Em 31/12/2021	(108.510)	(54.269)	(361)	(1.492)	(10.591)	-	(175.223)
Adições	(9.671)	(8.169)	(38)	(173)	(30.674)	-	(48.725)
Baixas	92.510	-	-	35	-	-	92.545
Em 31/12/2022	(25.671)	(62.438)	(399)	(1.630)	(41.265)	-	(131.403)
Adições	(6.958)	(4.037)	(19)	(82)	(15.320)	-	(26.416)
Em 30/06/2023	(32.629)	(66.475)	(418)	(1.712)	(56.585)	-	(157.819)
Valor líquido							
Em 31/12/2022	105.874	89.523	732	533	460.911	161	657.734
Em 30/06/2023	98.916	85.486	713	451	445.591	124	631.281
Taxa média de amortização	10,58%	5,31%	3,42%	7,56%	6,10%	-	6,70%

A composição e movimentação do ativo intangível para o consolidado é como segue:

	Direito de uso	Licenças ambientais	Direito de Uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição								
Em 31/12/2021	30.395	193.146	151.870	1.131	2.194	502.109	450	881.295
Adições	-	38.276	91	428	4	67	161	39.027
Baixas (a)	-	(96.586)	-	-	(35)	-	-	(96.621)
Transferências	-	-	-	-	49	-	(49)	-
Em 31/12/2022	30.395	134.836	151.961	1.559	2.212	502.176	562	823.701
Adições	-	-	-	253	-	-	-	253
Baixas	-	-	-	-	-	-	(37)	(37)
Em 30/06/2023	30.395	134.836	151.961	1.812	2.212	502.176	525	823.917
Amortização acumulada								
Em 31/12/2021	(2.698)	(109.075)	(54.269)	(361)	(1.492)	(10.592)	-	(178.487)
Adições	(337)	(9.950)	(8.169)	(38)	(182)	(30.679)	-	(49.355)
Baixas (a)	11	94.452	-	-	35	-	-	94.498
Em 31/12/2022	(3.024)	(24.573)	(62.438)	(399)	(1.639)	(41.271)	-	(133.344)
Adições	(170)	(7.392)	(4.037)	(23)	(87)	(15.320)	-	(27.029)
Em 30/06/2023	(3.194)	(31.965)	(66.475)	(422)	(1.726)	(56.591)	-	(160.373)
Valor líquido								
Em 31/12/2022	27.371	110.263	89.523	1.160	573	460.905	562	690.357
Em 30/06/2023	27.201	102.871	85.486	1.390	486	445.585	525	663.544
Taxa média de amortização	1,12%	10,96%	5,31%	2,77%	7,84%	6,10%	-	6,56%

- (a) Realizamos a baixa de licenças totalmente amortizadas em 2022, ou seja, com o valor residual igual a zero e sem efeito no resultado da Companhia. Dentro do montante total de baixas no período, para o individual e consolidado, apuramos R\$91.158 com valor residual zerado.

Os ativos intangíveis servidão, direito de uso do bem público e direito de extensão da concessão são amortizáveis pelo método linear que representam o padrão de consumo destes direitos. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de amortização para que todos os ativos sejam amortizados dentro do período da concessão. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

9 | Fornecedores

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Compra de energia elétrica (contratos no ACL)	7.580	31.485	7.580	31.485
Fornecedores de materiais e serviços	11.606	16.235	34.089	39.241
Encargos de uso da rede elétrica	4.217	4.064	4.217	4.064
Câmara de comercialização de energia elétrica	2.515	1.211	5.200	1.211
	25.918	52.995	51.086	76.001

O prazo médio de pagamento da Companhia é na média de 98 dias (51 dias em 31 de dezembro de 2022) para controladora e consolidado. E sobre os saldos não há incidência de juros.

10 | Tributos a recolher sobre o lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Imposto de renda	40.133	7.780	39.697	11.251
Contribuição social	11.962	-	12.594	1.045
	52.095	7.780	52.291	12.296

10.1 | Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia possui débitos tributários diferidos de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas aos seguintes itens:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Créditos tributários				
Concessão com outorga onerosa (UBP)	5.745	7.256	5.745	7.256
Provisão para demandas judiciais	-	-	190	190
Demais provisões	10.016	11.106	9.629	10.741
Provisões para compromissos socioambientais	-	-	398	324
Outros	387	331	872	788
	16.148	18.693	16.834	19.299
Obrigações diferidas				
Juros capitalizados - CPC 20	(62.761)	(57.362)	(62.761)	(57.362)
Repactuação do risco hidrológico	(151.254)	(156.456)	(151.254)	(156.456)
Depreciação fiscal	(91.355)	(83.889)	(91.355)	(83.889)
	(305.370)	(297.707)	(305.370)	(297.707)
	(289.222)	(279.014)	(288.536)	(278.408)
Total do passivo	(289.222)	(279.014)	(289.222)	(279.014)
Total do ativo	-	-	686	606
	(289.222)	(279.014)	(288.536)	(278.408)

A Companhia considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. A realização do prejuízo fiscal e base negativa registrado em 2021 ocorreu na apuração de 2022.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	(279.014)	(240.323)	(278.408)	(239.828)
Débitos alocados às demonstrações de resultados	(15.466)	(50.170)	(15.488)	(50.141)
Créditos alocados às demonstrações de resultados	5.258	11.479	5.360	11.561
Saldo no final do período/exercício	(289.222)	(279.014)	(288.536)	(278.408)

10.2 | Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado para controladora e consolidado no período de 2023 e 2022 conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2023 à 30/06/2023	01/01/2022 à 30/06/2022	01/01/2023 à 30/06/2023	01/01/2022 à 30/06/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	254.616	213.935	258.016	215.667
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal esperada	(86.569)	(72.738)	(87.725)	(73.327)
Diferenças permanentes – efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	2.068	1.484	-	-
Diferença regime tributário – lucro presumido	-	-	(348)	2.232
Créditos tributários não constituídos	-	-	-	(2.066)
Incentivo fiscal da sudene	-	-	134	146
Dedução de prejuízo fiscal acumulado	-	-	-	24
Outros	(79)	(129)	(41)	(124)
Despesa no resultado	(84.580)	(71.383)	(87.980)	(73.115)
Imposto corrente	(74.372)	(37.787)	(77.853)	(39.490)
Imposto diferido	(10.208)	(33.596)	(10.127)	(33.625)
	(84.580)	(71.383)	(87.980)	(73.115)
Alíquota efetiva	33%	33%	34%	34%

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2023 à 30/06/2023	01/04/2022 à 30/06/2022	01/04/2023 à 30/06/2023	01/04/2022 à 30/06/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	117.369	121.823	118.982	122.850
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal esperada	(39.905)	(41.420)	(40.454)	(41.769)
Diferenças permanentes – efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	91	331	-	-
Diferença regime tributário – lucro presumido	-	-	(1.048)	899
Créditos tributários não constituídos	-	-	-	(1.321)
Exclusão juros selic	(19)	-	(19)	-
Incentivo fiscal da sudene	-	-	14	(17)
Dedução de prejuízo fiscal acumulado	-	-	-	94
Outros	51	(67)	112	(69)
Despesa no resultado	(39.782)	(41.156)	(41.395)	(42.183)
Imposto corrente	(37.120)	(22.398)	(38.852)	(23.387)
Imposto diferido	(2.662)	(18.758)	(2.543)	(18.796)
	(39.782)	(41.156)	(41.395)	(42.183)
Alíquota efetiva	34%	34%	32%	34%

11 | Concessões a pagar

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal de Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas usinas hidrelétricas. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data de início da Companhia, quais sejam: Capim Branco e Candonga 12,19% a.a. e Porto Estrela 9,22% a.a.

Os valores originais, atualizados pela variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) são pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais.

As mutações dos saldos das usinas são apresentadas conforme segue:

	Porto Estrela	Capim Branco	Candonga	CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2021	259.458	20.795	2.034	282.287
Efeitos financeiros reconhecidos	32.172	3.655	222	36.049
Amortizações	(31.873)	(3.941)	(261)	(36.075)
Saldo em 30/06/2022	259.757	20.509	1.995	282.261
Saldo em 31/12/2022	253.512	20.225	1.949	275.686
Efeitos financeiros reconhecidos	49.292	4.038	292	53.622
Amortizações	(57.465)	(4.339)	(299)	(62.103)
Saldo em 30/06/2023	245.339	19.924	1.942	267.205

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2023	31/12/2022
Passivo circulante	41.026	41.047
Passivo não circulante	226.179	234.639
	267.205	275.686

- a. Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante para controladora e consolidado são conforme segue:

2024	19.031
2025	35.349
2026	32.022
2027	29.017
2028	26.296
2029 a 2033	77.220
2033 em diante	7.244
	226.179

12 | Financiamentos e debêntures

A composição dos financiamentos e debêntures para controladora e consolidado é como segue:

Descrição	Vencimento	Encargos anuais médios (%)	Moeda	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
				30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Debêntures – 2ª emissão	15/12/2029	IPCA + 3,65%	R\$	77.445	77.670	77.445	77.670
Debêntures – 3ª emissão (a)	15/02/2035	IPCA + 4,00%	R\$	290.265	290.680	290.265	290.680
Debêntures – 4ª emissão (a)	15/08/2035	IPCA + 4,90%	R\$	239.149	236.524	239.149	236.524
Debêntures – 5ª emissão (a)	15/04/2036	IPCA + 6,13%	R\$	242.747	239.818	242.747	239.818
Finem BNDES (b)	16/01/2034	TJLP + 2,48%	R\$	-	-	184.666	188.788
Total				849.606	844.692	1.034.272	1.033.480
Classificadas como:							
Passivo circulante				160.383	134.435	172.328	145.861
Passivo não circulante				689.223	710.257	861.944	887.619
				849.606	844.692	1.034.272	1.033.480

a. DEBÊNTURES

As emissões de todas as debêntures foram realizadas nos termos da Instrução nº 476/2009 da Comissão de Valores Mobiliários e na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011 e são, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição.

Debêntures	Data de emissão	Valor	Prazo (anos)	Amortização e pagamento de Juros	Pagamento da 1ª parcela	Espécie
2ª Emissão	27/06/2019	77.000	10,5	Semestral	15/06/2020	Garantia real
3ª Emissão	15/02/2021	270.000	14	Semestral	15/02/2022	Quirografária
4ª emissão	18/08/2021	220.000	14	Semestral	15/08/2022	Quirografária
5ª emissão	15/04/2021	240.000	14	Semestral	15/04/2022	Quirografária

A movimentação dos financiamentos e debêntures para a controladora e consolidado é como segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2021	604.523	801.657
Financiamentos obtidos, líquidos do custo de transação	233.090	233.140
Encargos financeiros	75.776	93.573
Amortização do principal	(26.077)	(36.290)
Amortização de juros	(42.620)	(58.600)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	844.692	1.033.480
Encargos financeiros	49.249	58.356
Amortização do principal	(20.724)	(26.193)
Amortização de juros	(23.611)	(31.371)
Saldo em 30 junho de 2023	849.606	1.034.272

O principal indexador utilizado para atualização monetária dos financiamentos e debêntures teve as seguintes variações acumuladas anualizadas:

Indexador	30/06/2023	31/12/2022
TJLP	7,28%	7,20%
IPCA	3,16%	5,79%

O vencimento dos financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante é conforme segue:

Evento	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2024	27.319	39.967
2025	46.762	60.481
2026	48.394	64.769
2027	47.609	67.844
2028	43.297	63.532
2029 a 2033	351.482	440.992
2034 a 2037	124.360	124.359
Financiamentos e debêntures	689.223	861.944

a. COMPROMISSOS FINANCEIROS CONTRATUAIS (COVENANTS)

Os contratos de dívida da Companhia possuem cláusulas de compromissos financeiros contratuais (covenants) anuais. As informações mais detalhadas podem ser observadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

b. GARANTIAS

Em 30 de junho de 2023, não houve atualizações nas garantias relacionadas ao Finem BNDES. As informações mais detalhadas podem ser observadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

13 | Provisão para compromissos futuros

A movimentação da provisão para a controladora e consolidado para os seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022 é conforme segue:

	Aimorés	Candonga	Capim Branco	Funil	Igarapava	Porto Estrela	Controladora	Centrais Eólicas (a)	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	67.513	498	7.687	4.190	1.301	4.416	85.605	14.111	99.716
Adições / (Baixas)	3.026	(19)	(561)	(420)	1.243	(879)	2.390	(1.055)	1.335
Pagamentos	(9.561)	(69)	(170)	(900)	(216)	(102)	(11.018)	-	(11.018)
Atualização	2.640	20	290	203	110	144	3.407	684	4.091
Saldo em 30/06/2022	63.618	430	7.246	3.073	2.438	3.579	80.384	13.740	94.124

Saldo em 31/12/2022	74.348	919	5.099	14.762	2.804	6.488	104.420	14.762	119.182
Adições / (Baixas)	-	-	-	-	-	-	-	673	673
Pagamentos	(4.382)	(64)	(227)	(1.648)	(252)	(51)	(6.624)	(353)	(6.977)
Atualização	3.627	43	247	778	141	303	5.139	533	5.672
Saldo em 30/06/2023	73.593	898	5.119	13.892	2.693	6.740	102.935	15.615	118.550

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Passivo circulante	17.689	14.997	18.901	15.997
Passivo não circulante	85.246	89.423	99.649	103.185
	102.935	104.420	118.550	119.182

(a) O saldo das provisões das Centrais Eólicas se refere aos compromissos socioambientais e desmantelamento.

14 | Processos judiciais

a. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A composição dos passivos contingentes da Companhia se refere basicamente às contingências associadas aos ativos aportados na Companhia por seus dois acionistas.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, e nas quais a Companhia figura no polo passivo baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais serão necessárias saídas de recursos financeiros para liquidar as obrigações.

Segue abaixo a composição do saldo da controladora e do consolidado:

	Ambiental	Cíveis	Trabalhistas	TOTAL
Saldo em 31/12/2021	125.283	31.184	790	157.257
Adições	-	-	6	6
Atualizações	7.496	2.797	33	10.326
Reversões/pagamentos	-	(2.432)	(542)	(2.974)
Saldo em 30/06/2022	132.779	31.549	287	164.615
Saldo em 31/12/2022	133.456	30.037	255	163.748
Adições	3	-	-	3
Atualizações	4.817	1.608	7	6.432
Reversões/pagamentos	-	(2.003)	(13)	(2.016)
Saldo em 30/06/2023	138.276	29.642	249	168.167

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é provável e para os quais foram constituídas provisões

Os valores apresentados para as provisões refletem as melhores expectativas dos desembolsos futuros para as contingências relacionadas a elas, sendo os detalhes sobre os principais processos judiciais relativos a estas provisões conforme segue:

Ações ambientais

- **Preservação permanente do entorno do reservatório**

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo MPMG que tem como principal objeto a formação das áreas de preservação permanente do entorno dos reservatórios dos aproveitamentos hidrelétricos Capim Branco I e II (“AHs Capim Branco”). De acordo com o MPE, a área que compõe a APP do entorno dos reservatórios seria de 100 metros e deveria ter sido integralmente adquirida ou desapropriada pelo CCBE, não sendo legítima a instituição de “servidão civil” na faixa de 100 metros de APP, conforme previu o licenciamento ambiental dos AHs.

Os Pedidos foram julgados parcialmente procedentes para “determinar aos requeridos que instituíam, no prazo de 01 ano, a área de preservação permanente no entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica Capim Branco, com extensão de 100 metros lineares a partir da cota inundada, sob pena de multa diária de R\$3.000,00 até o limite de R\$300.000,00”. A sentença e o acórdão impuseram ao CCBE a obrigação de ter a APP do entorno dos reservatórios sob o seu domínio.

O CCBE, o Estado de Minas Gerais e o Ministério Público de Minas Gerais interpuseram recursos ao acórdão do TJMG e os autos serão remetidos ao STF para julgamento de recurso extraordinário assim que transitada em julgado a decisão do STJ.

O valor provisionado como perda provável é de R\$90.642 (R\$87.560 em 31 de dezembro de 2022).

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é possível e para os quais não foram constituídas provisões

A Companhia possui passivos contingentes referentes a processos judiciais para os quais acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e que, portanto, sua expectativa de perda é considerada possível.

Segue abaixo a composição para a Controladora e Consolidado:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Ambiental	42.050	40.071	42.832	40.794
Cíveis	68.054	55.911	68.171	56.020
Regulatório	30.151	29.025	30.179	29.051
Tributário	89.047	83.621	89.047	83.621
Outras	3.296	3.085	3.296	3.085
	232.598	211.713	233.525	212.571

Ações tributárias

- Auto de infração**

Trata-se de Auto de Infração, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, para cobrança de ICMS, multa e juros, no valor total de R\$30.937 em 31 de março de 2023 (R\$28.931 em 31 de dezembro de 2022) relativo à entrada de energia elétrica no estabelecimento da Aliança, ocorridas no período compreendido entre 01/09/2016 e 31/12/2020.

Segundo entendimento da Fiscalização, a Aliança realizou remessas de parte da energia elétrica adquirida com a isenção prevista nas alíneas “b” e “e” do item 210 da Parte 1 do Anexo I do RICMS/02 para destinatários diversos da empresa mineradora que majoritariamente a constitui, em descumprimento das normas estabelecidas na alínea “a” do item 210.2 da Parte 1 do referido Anexo I do RICMS/02.

Atualmente, aguarda-se a remessa dos autos ao Conselho de Contribuintes de Minas Gerais e o consequente julgamento da impugnação.

Ações regulatórias

- Encargos de Serviços do Sistema – Resolução do Conselho Nacional de Política Energética**

Ação ordinária na qual a Aliança requer para que a União e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE se abstenham de praticar qualquer ato que, com fundamento na Resolução CNPE nº 03/2013, a inclua no rateio do custo do despacho adicional de usina, de modo a garantir o suprimento energético.

Em 09/02/2018, foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos autorais para afastar os efeitos dos artigos 2º, §5º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, em relação à autora, bem como para determinar que a ré promova nova contabilização e devolução dos valores indevidamente pagos a título de Encargos de Serviços do Sistema, observada a prescrição quinquenal, devidamente atualizados em conformidade com o disposto. Atualmente, aguarda-se julgamento

de recurso interposto pela UNIÃO. Foi atribuído o valor de R\$29.300 em 30 de junho de 2023 (R\$28.203 em 31 de dezembro de 2022).

Ações cíveis

- **Ação de indenização - extração de minerais**

Trata-se de ação de indenização cível, na qual a parte autora (que atua na extração e comercialização de substâncias minerais na região do Consórcio Capim Branco Energia) requer ressarcimento de danos materiais e lucros cessantes em decorrência da inundação da sua propriedade, ocorrida em 2006, inviabilizando a continuidade da atividade de extração de areia. A ação encontra-se em fase de produção de provas, com prognóstico possível, uma vez que a parte autora detinha apenas autorização para pesquisa, sem direito à lavra. Foi atribuído o valor de R\$17.984 como risco possível (R\$9.413 em 31 de dezembro de 2022).

- **Ação de indenização - CCBE**

Ação de reparação de danos materiais e morais na qual o autor pleiteia indenizações tendo em vista desapropriações realizadas quando da constituição e formação da Usina. O processo está na fase de conhecimento, tendo o CCBE apresentado contestação em 02/2023. Foi atribuído o valor de R\$10.011 como risco possível (R\$0 em 31 de dezembro de 2022).

- **Ação de indenização - pescadores de Governador Valadares**

Ação de indenização distribuída por 26 pescadores que buscam o recebimento de lucro cessante e percepção de danos morais em razão da implantação das Usinas de Aimorés e Baguari. O processo encontra-se na fase de instrução, aguardando a realização de perícia. Desta forma, é indicado o valor de R\$11.939 (R\$11.028 em 31 de dezembro de 2022), conforme cálculo realizado, considerando decisões proferidas em casos similares.

Ações ambientais

- **Ação de reflorestamento**

Ação Civil Pública distribuída em 2002 ao argumento de ocorrência de irregularidades no procedimento de licenciamento ambiental do Complexo Energético Capim Branco, dentre outros, pela suposta inviabilidade do empreendimento em razão de danos ambientais. A maior parte dos pedidos foi considerada improcedente, subsistindo a obrigação de reflorestamento da faixa de 100 metros, no entorno do reservatório da Usina. Atualmente encontra-se pendente de julgamento de recurso no TRF-1ª Região. Foi atribuído valor de R\$29.510 em junho de 2023 (R\$28.436 em 31 de dezembro de 2022) fundamentado nos valores estimados calculados pelo CCBE para o adimplemento dessa obrigação.

Ações tributárias

- **Ação de ICMS**

A Ação Ordinária que busca a anulação do crédito indicado no Auto de Infração nº 01.000622023-90, relativo ao ICMS das operações de transferência de energia da Aliança para matriz e consórcios. Em primeira instância foi publicada decisão favorável à empresa, sendo que no Tribunal de Justiça houve a reversão em favor da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais. Foi apresentado recurso para combater a decisão da segunda instância, sendo indicado o valor de R\$56.540 em junho de 2023 (R\$53.105 em 31 de dezembro de 2022), que corresponde ao auto de infração.

b. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, às demandas judiciais ambientais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Trabalhista	100	103	100	103
Cíveis	140	136	151	147
Ambiental	6.730	5.839	6.730	5.839
	6.970	6.078	6.981	6.089

Exceto pelo descrito anteriormente, em 30 de junho de 2023, não ocorreram atualizações significativas nos demais processos avaliados como sendo de risco provável ou possível. As informações mais detalhadas podem ser observadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

15 | Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia era de R\$1.291.488, dividido em 1.291.582.500 (um bilhão, duzentas e noventa e um milhões, quinhentas e oitenta e duas mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital social da Companhia é conforme segue:

Acionistas	30/06/2023		31/12/2022	
	(No de Ações)	(Em R\$)	(No de Ações)	(Em R\$)
Vale S.A.	710.370.375	710.318.125,65	710.370.375	710.318.125,65
Cemig GT	581.212.125	581.169.375,35	581.212.125	581.169.375,35
	1.291.582.500	1.291.487.501,00	1.291.582.500	1.291.487.501,00

(a) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição da totalidade dos lucros líquidos apurados como dividendos, respeitados os planos de negócios e de investimentos aprovados pela Companhia.

No dia 30 de abril de 2023, a Companhia realizou o pagamento de R\$155.000 de dividendos. Dessa forma, em 30 de junho 2023 o montante a pagar é de R\$126.409 (R\$281.409 em 31 de dezembro de 2022).

(b) Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social.

Assim, a Companhia não constituiu reserva legal no exercício comparativo, em decorrência das reservas de capital representarem 44% do capital social.

(c) Reserva de capital

O tratamento dado à integralização dos ativos de titularidade da acionista Vale ao capital da Companhia, no valor líquido de R\$1.276.668, é o seguinte: R\$710.251 foram destinados à conta do capital social e o montante de R\$566.417 foi destinado à constituição de Reserva de Capital, de forma que se manteve no Capital Social a proporção de 55% e 45% para Vale e Cemig GT, respectivamente.

(d) Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro líquido básico e diluído por ação.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	01/01/2023 à 30/06/2023	01/01/2022 à 30/06/2022
Lucro líquido do período	170.036	142.552
Média ponderada das ações (ações em milhares)	1.291.582	1.291.582
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	0,13	0,11

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	01/04/2023 à 30/06/2023	01/04/2022 à 30/06/2022
Lucro líquido do período	77.587	80.667
Média ponderada das ações (ações em milhares)	1.291.582	1.291.582
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	0,06	0,06

16 | Receita líquida

A composição da receita da Companhia para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2023 à 30/06/2023	01/01/2022 à 30/06/2022	01/01/2023 à 30/06/2023	01/01/2022 à 30/06/2022
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	601.169	591.899	676.566	640.578
Transações com energia na CCEE	2.227	1.350	3.363	1.538
Receita bruta pela prestação de serviços	1.094	562	101	65
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(81.070)	(79.931)	(94.652)	(89.346)
	523.420	513.880	585.378	552.835

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2023 à 30/06/2023	01/04/2022 à 30/06/2022	01/04/2023 à 30/06/2023	01/04/2022 à 30/06/2022
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	291.207	294.771	328.735	319.417
Transações com energia na CCEE	-	-	147	(59)
Receita bruta pela prestação de serviços	795	281	65	31
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(37.113)	(37.315)	(44.459)	(42.188)
	254.889	257.737	284.488	277.201

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em seus dois acionistas.

a. FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores para controladora e consolidado, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2023 à 30/06/2023	01/01/2022 à 30/06/2022	01/01/2023 à 30/06/2023	01/01/2022 à 30/06/2022
Industrial ou equivalente	288.925	296.292	355.952	326.321
Suprimento Geração 3ª	24.107	12.303	32.477	12.303
Suprimento a outras concessionárias	288.137	283.304	288.137	301.954
	601.169	591.899	676.566	640.578

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2023 à 30/06/2023	01/04/2022 à 30/06/2022	01/04/2023 à 30/06/2023	01/04/2022 à 30/06/2022
Industrial ou equivalente	142.478	150.734	175.798	166.004
Suprimento Geração 3ª	8.549	4.184	16.919	4.184
Suprimento a outras concessionárias	140.180	139.853	136.018	149.229
	291.207	294.771	328.735	319.417

b. IMPOSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2023 a 30/06/2023	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2023 a 30/06/2023	01/01/2022 a 30/06/2022
Tributos sobre a receita				
PIS	(9.931)	(9.690)	(10.476)	(10.060)
COFINS	(45.744)	(44.632)	(48.256)	(46.338)
ICMS - substituição tributária	(3.688)	(6.732)	(13.879)	(13.905)
ISS	(55)	(28)	(55)	(26)
	(59.418)	(61.082)	(72.666)	(70.329)
Encargos do consumidor				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(14.231)	(11.737)	(14.231)	(11.737)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(2.196)	(1.979)	(2.530)	(2.147)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	(2.090)	(2.053)	(2.090)	(2.053)
Pesquisa expansão sistema energético – MME	(1.045)	(1.027)	(1.045)	(1.027)
Pesquisa e desenvolvimento	(2.090)	(2.053)	(2.090)	(2.053)
	(21.652)	(18.849)	(21.986)	(19.017)
	(81.070)	(79.931)	(94.652)	(89.346)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022
Tributos sobre a receita				
PIS	(4.816)	(4.835)	(5.077)	(5.020)
COFINS	(22.185)	(22.271)	(23.385)	(23.119)
ICMS - substituição tributária	(672)	(2.004)	(6.385)	(5.764)
ISS	(40)	(14)	(40)	(12)
	(27.713)	(29.124)	(34.887)	(33.915)
Encargos do consumidor				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(5.759)	(4.625)	(5.759)	(4.625)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(1.098)	(990)	(1.271)	(1.073)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	(1.017)	(1.030)	(1.017)	(1.030)
Pesquisa expansão sistema energético – MME	(509)	(515)	(508)	(515)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.017)	(1.031)	(1.017)	(1.030)
	(9.400)	(8.191)	(9.572)	(8.273)
	(37.113)	(37.315)	(44.459)	(42.188)

17 | Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a. CUSTOS COM GERAÇÃO DE ENERGIA PARA CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2023 a 30/06/2023	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2023 a 30/06/2023	01/01/2022 a 30/06/2022
Energia elétrica comprada para revenda	(42.436)	(103.784)	(47.788)	(106.707)
Depreciação e amortização	(65.261)	(65.090)	(90.066)	(79.489)
Serviços de terceiros	(21.607)	(18.413)	(30.643)	(25.301)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(34.006)	(36.874)	(38.870)	(42.819)
Pessoal	(16.934)	(18.714)	(16.934)	(18.714)
Materiais	(910)	(6.079)	(1.076)	(6.108)
Prêmio do risco hidrológico	(6.871)	(6.499)	(6.871)	(6.499)
Outros custos	(3.439)	(2.691)	(2.760)	(2.080)
	(191.464)	(258.144)	(235.008)	(287.717)

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022
Energia elétrica comprada para revenda	(19.713)	(38.763)	(23.176)	(41.048)
Depreciação e amortização	(32.636)	(32.569)	(45.185)	(39.593)
Serviços de terceiros	(11.486)	(8.859)	(16.590)	(12.593)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(16.953)	(18.190)	(19.436)	(21.651)
Pessoal	(11.100)	(8.457)	(11.100)	(8.457)
Materiais	(508)	(5.080)	(660)	(5.097)
Prêmio do risco hidrológico	(3.454)	(3.232)	(3.454)	(3.232)
Outros custos	(1.402)	(1.100)	(909)	(831)
	(97.252)	(116.250)	(120.510)	(132.502)

b. DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2023 a 30/06/2023	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2023 a 30/06/2023	01/01/2022 a 30/06/2022
Pessoal	(9.265)	(8.332)	(9.339)	(8.332)
Serviços de terceiros	(6.491)	(5.797)	(7.094)	(6.363)
Participação dos empregados no resultado	(1.229)	(2.315)	(1.229)	(2.315)
Depreciação e amortização	(181)	(480)	(184)	(480)
Contingências	(643)	(915)	(645)	(918)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	-	-	(3.334)	-
Outras (despesas) receitas, líquidas	(1.706)	(3.322)	(2.685)	(4.716)
Resultado de equivalência patrimonial	6.081	4.365	-	-
Amortização do ágio	(148)	(150)	-	-
	5.933	4.215	-	-
	(13.582)	(16.946)	(24.510)	(23.124)

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022
Pessoal	(4.447)	(4.279)	(4.521)	(4.279)
Serviços de terceiros	(3.442)	(2.641)	(3.921)	(2.929)
Participação dos empregados no resultado	(821)	(779)	(821)	(779)
Depreciação e amortização	(126)	(197)	(123)	(195)
Contingências	(346)	(684)	(347)	(687)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	-	-	(1.630)	-
Outras (despesas) receitas, líquidas	(676)	(2.106)	(1.221)	(2.620)
Resultado de equivalência patrimonial	265	975	-	-
Amortização do ágio	(74)	(75)	-	-
	191	900	-	-
	(9.667)	(9.786)	(12.584)	(11.489)

18 | Receitas e despesas financeiras

A composição do resultado financeiro para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2023 a 30/06/2023	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2023 a 30/06/2023	01/01/2022 a 30/06/2022
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	25.043	24.980	31.053	33.276
Outras	1.155	1.261	1.250	1.504
	26.198	26.241	32.303	34.780
Despesas financeiras				
Encargos financeiros - concessões a pagar	(53.622)	(36.049)	(53.622)	(36.049)
Encargos financeiros - compromissos futuros	(5.139)	(3.407)	(5.672)	(4.091)
Encargos de financiamentos e debêntures	(30.792)	(11.136)	(39.899)	(19.814)
Outras despesas financeiras	(403)	(504)	(953)	(1.153)
	(89.956)	(51.096)	(100.146)	(61.107)
	(63.758)	(24.855)	(67.843)	(26.327)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/04/2023 a 31/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/04/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	11.200	15.620	14.319	20.323
Outras	216	895	256	971
	11.416	16.515	14.575	21.294
Despesas financeiras				
Encargos financeiros - concessões a pagar	(26.778)	(18.063)	(26.778)	(18.063)
Encargos financeiros - compromissos futuros	(2.577)	(1.635)	(2.768)	(2.017)
Encargos de financiamentos e debêntures	(12.455)	(6.544)	(16.965)	(11.034)
Outras despesas financeiras	(207)	(151)	(476)	(540)
	(42.017)	(26.393)	(46.987)	(31.654)
	(30.601)	(9.878)	(32.412)	(10.360)

19 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	Centrais Eólicas		Vale S.A.		Grupo Cemig		TOTAL	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Contas a receber								
Venda de energia	-	-	48.104	59.629	17.181	18.567	65.285	78.196
Serviços de backoffice	2.749	247	-	-	-	-	2.749	247
Acerto de contingências passivas (iii)	-	-	104.747	101.307	56.822	54.905	161.569	156.212
Dividendos a receber	27.433	34.723	-	-	-	-	27.433	34.723
Contas a pagar								
Serviços de O&M	-	-	-	-	839	780	839	780
Dividendos a pagar	-	-	69.525	154.775	56.884	126.634	126.409	281.409
TUSD ¹ / TUST ²	-	-	-	-	4.218	295	4.218	295

	Centrais Eólicas		Vale S.A.		Grupo Cemig		TOTAL	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Resultado								
Receita com venda de energia	-	-	293.913	295.676	99.153	108.242	393.066	403.918
Receita com serviços de backoffice	497	466	-	-	-	-	497	466
TUSD ¹ / TUST ²	-	-	-	-	(23.325)	(27.354)	(23.325)	(27.354)
Custo com O&M	(25)	-	(31)	(30)	(2.867)	(2.089)	(2.923)	(2.119)
Compra de energia	-	-	-	(2.228)	-	-	-	(2.228)
Outras despesas	-	-	(1.150)	(542)	-	-	(1.150)	(542)
Recuperação de despesas	1.173	900	-	-	-	-	1.173	900

¹ Tarifa pela utilização do sistema de distribuição

² Tarifa pela utilização do sistema de transmissão

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) vendas/compras de energia elétrica às acionistas Vale S.A e Cemig Geração e Transmissão S.A.; (ii) recuperação de despesas; (iii) despesas com contingências relacionadas a causas que têm como fato gerador ocorrido antes do aporte dos ativos; (iv) serviços de operação e manutenção; e (v) dividendos a pagar e receber.

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

Para o período findo em 30 de junho de 2023, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla pagamentos a diretores e gerentes que desempenham funções de diretoria nos consórcios, totalizou R\$2.698 (R\$2.316 em 30 de junho de 2022), incluindo pró-labore, salários e benefícios. Esse valor está registrado no resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas.

20 | Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor

justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga

(incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos ("offsetting")

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

Ativos e passivos avaliados ao custo amortizado

- **Ativos financeiros:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber e outros valores a receber de partes relacionadas. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Passivos financeiros:** encontram-se nesta categoria os fornecedores, financiamentos e debêntures, arrendamentos e obrigações com concessões a pagar. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber, dividendos a receber, outros valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, financiamentos e debêntures, arrendamentos, dividendos a pagar e concessões a pagar como próximos aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

Categoria dos instrumentos financeiros

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	196.575	422.189	283.127	491.003
Aplicações financeiras	151.710	26.372	175.324	40.819
Contas a receber	106.148	119.567	117.723	132.527
Outros valores a receber	18.775	23.344	19.685	23.337
Dividendos a receber	27.433	34.723	-	-
Outros valores a receber de partes relacionadas	161.569	156.212	161.569	156.212
	662.210	782.407	757.428	843.898
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Fornecedores	25.918	52.995	51.086	76.001
Financiamentos e debêntures	849.606	844.692	1.034.272	1.033.480
Arrendamentos	3.523	4.069	24.047	18.462
Dividendos a pagar	126.409	281.409	126.409	281.409
Concessões a pagar	267.205	275.686	267.205	275.686
	1.275.661	1.458.851	1.506.019	1.685.038

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças relevantes entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado nos instrumentos financeiros abaixo apresentados. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

CONTROLADORA				
30/06/2023		31/12/2022		
Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Concessões a pagar	267.205	302.875	275.686	288.974
Financiamentos e debêntures	849.606	849.606	844.692	844.692
	1.116.811	1.152.481	1.120.378	1.133.666

CONSOLIDADO				
30/06/2023		31/12/2022		
Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Concessões a pagar	267.205	302.875	275.686	288.974
Financiamentos e debêntures	1.034.272	1.031.529	1.033.480	1.025.482
	1.301.477	1.334.404	1.309.166	1.314.456

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim, como os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidas até o vencimento, entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os financiamentos, arrendamentos e concessões a pagar, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não possui saldos em moedas estrangeiras relevantes, ou mesmo quaisquer direitos e/ou compromissos indexados à variação cambial.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros, em 30 de junho de 2023. Esta exposição ocorre em função do passivo de Financiamentos e Debêntures (Nota nº 13) indexado à variação do CDI e TJLP.

As aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelos CDI, reduzindo a exposição líquida em 30 de junho de 2023.

Adicionalmente, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices atrelados à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao CDI e TJLP.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 30 de junho de 2023, a TJLP acumulada para os empréstimos será de 7,28%, IPCA de 3,16% e o CDI acumulado será de 13,17% para as aplicações financeiras e empréstimos. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na taxa CDI de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

a. CONTROLADORA:

	30/06/2023			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 12,97%	Cenário I CDI 16,21 %	Cenário II CDI 19,46 %
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	348.285	393.458	404.742	416.061
Ativo exposto	348.285	393.458	404.742	416.061
Efeito no resultado		45.173	56.457	67.776

	30/06/2023			
	Valor Contábil	Cenário Base IPCA 5,25%	Cenário I IPCA 6,56%	Cenário II IPCA 7,88%
Passivo				
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(849.606)	(894.210)	(905.340)	(916.555)
Passivo exposto	(849.606)	(894.210)	(905.340)	(916.555)
Efeito no resultado		(44.604)	(55.734)	(66.949)
Efeito líquido da variação no resultado		568	723	827

b. CONSOLIDADO:

	30/06/2023			
Descritivo	Valor Contábil	Cenário Base CDI 12,97%	Cenário I CDI 16,21%	Cenário II CDI 19,46%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	458.451	517.912	532.766	547.666
Ativo exposto	458.451	517.912	532.766	547.666
Efeito no resultado		59.461	74.315	89.215

	30/06/2023			
Descritivo	Valor Contábil	Cenário Base IPCA 5,25%	Cenário I IPCA 6,56%	Cenário II IPCA 7,88%
Passivo				
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(849.606)	(894.210)	(905.340)	(916.555)
Passivo exposto	(849.606)	(894.210)	(905.340)	(916.555)
Efeito no resultado		(44.604)	(55.734)	(66.949)

	30/06/2023			
Descritivo	Valor Contábil	Cenário Base TJLP 7,37%	Cenário I TJLP 9,21%	Cenário II TJLP 11,06%
Passivo				
Finem BNDES (nota explicativa nº 12)	(184.666)	(198.276)	(201.674)	(205.090)
Passivo exposto	(184.666)	(198.276)	(201.674)	(205.090)
Efeito no resultado		(13.610)	(17.008)	(20.424)
Efeito líquido da variação do CDI e da TJLP no Resultado		1.247	1.573	1.842

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 30 de junho 2023. Esta exposição ocorre em função do passivo de Concessões a pagar (Nota nº 11) indexado à variação do IGP-M.

• **Análise de sensibilidade**

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 30 de junho de 2023, a taxa IGP-M anualizada será de 1,93%. A Companhia realizou

uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

	30/06/2023			
	Valor Contábil	Cenário Base IGP-M 2,65%	Cenário I IGP-M 3,31%	Cenário II IGP-M 3,98%
RISCO - ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO				
Passivo				
Concessões a pagar (nota explicativa no 11)	(267.205)	(274.286)	(276.049)	(277.840)
Passivo líquido exposto	(267.205)	(274.286)	(276.049)	(277.840)
Efeito líquido da variação do IGP-M no resultado		(7.081)	(8.844)	(10.635)

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Aliança administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, empréstimos e concessões a pagar, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, para controladora e consolidado, podem ser observadas na tabela abaixo:

CONTROLADORA	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:					
- Pós-Fixadas					
Fornecedores	27.279	-	-	-	27.279
Financiamentos e debêntures	13.575	32.851	359.766	886.057	1.292.249
Arrendamentos	763	2.231	4.656	-	7.650
Dividendos a pagar	-	281.409	-	-	281.409
Concessões a pagar	10.643	30.383	128.891	97.288	267.205
	52.260	346.874	493.313	983.345	1.875.792
CONSOLIDADO	De 1 a 3 Meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:					
- Pós-Fixadas					
Fornecedores	53.768	-	-	-	53.768
Financiamentos e debêntures	16.633	42.027	448.216	974.507	1.481.383
Arrendamentos	2.215	6.477	24.606	41.117	74.415
Dividendos a pagar	-	281.409	-	-	281.409
Concessões a pagar	10.643	30.383	128.891	97.288	267.205
	83.259	360.296	601.713	1.112.912	2.158.180

Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (covenants), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, as dívidas poderão ter seus respectivos vencimentos adiantados. Em 30 de junho de 2023, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas de seus contratos (Nota 12 – Financiamentos e Debêntures).

Risco de crédito

Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado, de volume de venda de energia realizada com seus acionistas (partes relacionadas) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, - buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de seus acionistas no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	196.575	422.189	283.126	491.003
Aplicações financeiras	151.710	26.372	175.324	40.819
Contas a receber	106.148	119.567	117.723	132.527
Outros valores a receber de partes relacionadas	161.569	156.212	161.569	156.212
Total da exposição	616.002	724.340	737.742	820.561

Riscos de concentração de clientes

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em seus dois acionistas.

Riscos hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do país.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, com exceção da Usina de Candonga, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Adicionalmente, em 8 de dezembro de 2015 a Companhia optou por repactuar o risco hidrológico para os seus contratos firmados no ACR.

21 | Cobertura de seguros

a. SEGURO DE VIDA

A Companhia possui a política de seguro de vida a todos os seus funcionários, onde o custo é totalmente pago pela Companhia.

b. SEGURO SAÚDE

O seguro saúde é oferecido aos funcionários, de acordo com os critérios definidos na política da Companhia, com a contribuição da maior parte do custo no plano completo. O plano de saúde oferecido abarca colaboradores e seus dependentes. Em 30 de junho de 2023, os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Companhia foram de R\$1.491 (R\$830 em 30 de junho de 2022).

c. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E RISCO OPERACIONAL

A Companhia contratou cobertura de seguro de responsabilidade civil e para risco operacional nos montantes de R\$30.000 e R\$707.259, respectivamente. A vigência das citadas apólices é até 21 de março de 2024.

22 | Compromissos

Em 30 de junho de 2023, as controladas da Companhia possuem os seguintes compromissos assumidos, sendo todos integralmente referentes à implantação do Projeto Eólico Santo Inácio:

Contrato de operação e manutenção (O&M)

A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores por dez anos, o qual resultará em uma despesa total de R\$65.887 em 30 de junho de 2023 (R\$70.573 em 31 de dezembro 2022).

Contrato de arrendamento

Ademais, a Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida dos aerogeradores implantados no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação é: Santo Inácio III no valor de R\$10.859; Santo Inácio IV no valor de R\$8.238; Garrote no valor de R\$8.238; São Raimundo no valor de R\$8.612; e Gravier R\$13.395.

Balanco energético a longo prazo

De acordo com os dados acerca da garantia física e dos contratos de compra e venda em vigor, demonstramos abaixo o balanço energético da Companhia, suas controladas e a capacidade de contratação nos próximos 5 anos:

	MW médios				
	2023	2024	2025	2026	2027
Garantia Física	717,14	762,02	762,02	762,02	762,02
Garantia Física no CG	696,61	739,69	739,69	739,69	739,69
Contratos de Compra	99,20	20,00	10,00	-	-
Contratos de Venda	710,55	687,61	687,61	687,61	687,61
Distribuidor	24,25%	25,06%	25,06%	25,06%	25,06%
Autoprodutor	63,69%	65,65%	65,65%	65,65%	65,65%
Gerador	8,99%	9,28%	9,28%	9,28%	9,28%
Comercializador	3,07%	-	-	-	-
Total Contratado	89,28%	90,51%	91,72%	92,96%	92,96%

A Companhia considerou as seguintes premissas:

- Os CCEARs das usinas da Companhia são provenientes do 2º LEN (Aimorés e Porto Estrela) e 5º LEN (Funil);

- O retorno da operação comercial da UHE Risoleta Neves ocorreu de forma gradativa, sendo a UG2 em 28 de abril de 2023, UG1 em 05 de maio e UG3 em 31 de maio de 2023; e
- Foram considerados os contratos de compra e venda firmados até junho 2023 para todo o horizonte.

23 | Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Dividendos a receber (1)	-	21.860	-	-
Capitalização de juros (2)	18.457	41.626	18.457	41.626
Provisão de demandas judiciais (3)	3.776	6.510	3.776	6.510
Provisão para compromissos futuros	-	2.390	673	2.390
Contabilização IFRS 16 (4)	51	-	6.316	1.334
	22.284	72.386	29.222	51.860

- 1) Destinação de dividendos a receber do Parque Eólico Santo Inácio;
- 2) Juros capitalizados oriundos da 3ª e 5ª emissão de debêntures;
- 3) As provisões de demandas judiciais, cujo fato gerador é anterior a criação da Aliança, não transitaram pelo resultado da Companhia e serão ressarcidas pelos seus acionistas; e
- 4) Em 2023 e 2022, a Companhia registrou o passivo de arrendamento e um direito de uso no grupo de imobilizado, de acordo com o IFRS 16.

24 | Eventos subsequentes

a. Aportes em controladas

Até julho de 2023 a Aliança realizou aportes para aumento de capital nas Centrais Eólicas Acauã I, II e III, perfazendo os respectivos montantes de R\$10.827, R\$ 10.823 e R\$ 5.270.

b. Aportes em controladas

No dia 31 de julho de 2023 a Aliança recebeu R\$5.558 de dividendos das CESI.

c. Liberação de operação comercial da Central Eólica Acauã III

No dia 28 de agosto de 2023 foi publicado um despacho a Aliança nº 3.161 do processo nº: 48500.001884/2020-67. Interessados: Central Eólica Acauã III S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Acauã III. Unidades Geradoras: UG1 a UG4, de 4.200,00 kW cada totalizando 16.800,00 kW de capacidade instalada. Localização: Municípios de Lagoa Nova, Santana do Matos e São Vicente, no estado do Rio Grande do Norte, este despacho libera as unidades geradoras para início de operação comercial a partir do dia 29 de agosto de 2023.

DIRETORIA

Cibele Soares Dias Dos Anjos

Diretor de Comercialização e de Engenharia

Carlos Augusto Pavanelli Lopes Filho

Diretor de Operações

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Rafael Lisboa Fernandes

Contador CRC/MG - 105611/O-3

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/alianca/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0259987

Passo 3 - Digite a senha: dq6hIu0K